Medida Provisória n° 1704-4, de 1998

Autoria: Presidência da República

Iniciativa:

Ementa:

SUBMETE A APRECIAÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL, O TEXTO DA MEDIDA PROVISORIA 1704-4 1998, ESTENDE AOS SERVIDORES PUBLICOS CIVIS DO PODER EXECUTIVO FEDERAL A VANTAGEM DXE 28,86% (VINTE E OITO VIRGULA OITENTA E SEIS POR CENTO), OBJETO DA DECISÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

Assunto: -

Data de Leitura: -

Tramitação encerrada

Decisão:	Reeditada	**Último local:**	02/12/1998 - MESA DIRETORA
Destino:	Ao arquivo	**Último estado:**	02/12/1998 - SEM EFICÁCIA

Matérias Relacionadas:

Medida Provisória nº 1704/1 de 1998

Medida Provisória nº 1704/2 de 1998

Medida Provisória nº 1704/3 de 1998

Medida Provisória nº 1704/5 de 1998

Medida Provisória nº 1775/7 de 1999

Medida Provisória nº 1775/8 de 1999

Medida Provisória nº 1812/9 de 1999

Medida Provisória nº 1812/10 de 1999

Medida Provisória nº 1812/11 de 1999

Medida Provisória nº 1812/12 de 1999

Medida Provisória nº 1812/13 de 1999

Medida Provisória nº 1904/15 de 1999

Medida Provisória nº 1904/16 de 1999

Medida Provisória nº 1904/17 de 1999

Matérias Relacionadas:

Medida Provisória nº 1904/18 de 1999

Medida Provisória nº 1904/19 de 1999

Medida Provisória nº 1962/22 de 2000

Medida Provisória nº 1962/23 de 2000

Medida Provisória nº 1962/24 de 2000

Medida Provisória nº 1962/25 de 2000

Medida Provisória nº 1962/26 de 2000

Medida Provisória nº 1962/27 de 2000

Medida Provisória nº 1962/28 de 2000

Medida Provisória nº 1962/29 de 2000

Medida Provisória nº 1962/30 de 2000

Medida Provisória nº 1962/31 de 2000

Medida Provisória nº 1962/32 de 2000

Medida Provisória nº 1962/33 de 2000

Medida Provisória nº 2086/36 de 2001

Medida Provisória nº 2086/37 de 2001

Medida Provisória nº 2086/38 de 2001

Medida Provisória nº 2086/39 de 2001

Medida Provisória nº 2086/40 de 2001

Medida Provisória nº 2169/41 de 2001

Medida Provisória nº 2169/42 de 2001

Medida Provisória nº 2169/43 de 2001

Despacho:

06/11/2008 (Despacho Inicial)

null

Análise - Tramitação sucessiva

(CN-CMIST) COMISSÃO MISTA

TRAMITAÇÃO

02/12/1998 CN-MESA - MESA DIRETORA

Situação: SEM EFICÁCIA

Ação: 1430 DESPACHO A SUBSECRETARIA DE EXPEDIENTE.
DCN 03 12 PAG 15105.

02/12/1998 CN-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação: 1430 COMUNICAÇÃO PRESIDENCIA TERMINO PRAZO SEM QUE A MEDIDA TENHA SIDO TRANSFORMADA EM LEI, PERDENDO A MESMA A EFICACIA DESDE A SUA EDIÇÃO.

30/11/1998 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação: A PRESENTE MEDIDA PROVISORIA PERDEU A EFICACIA EM 27 11 98.

30/11/1998 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação: A PRESENTE MEDIDA PROVISORIA FOI REEDITADA PELA MPV 1704-5, DE 27 11 98, PUBLICADA NO DOFC DE 28 11 98 (ED. EXTRA, SEÇÃO I), SEM ALTERAÇÕES, CONFORME FOLHA 136, ANEXADA AO PROCESSO.

25/11/1998 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação: ANEXADAS FOLHAS 132 A 135 REFERENTES AOS OFICIOS DOS LIDERES DO PSDB DO SENADO; PFL, PSDB, PPB DA CAMARA DOS DEPUTADOS, DE INDICAÇÃO DE MEMBROS PARA APRECIAÇÃO DA MEDIDA.

12/11/1998 CN-SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS-CN

Ação: DECORRIDO O PRAZO REGIMENTAL SEM A INSTALAÇÃO DA COMISSÃO E A MATERIA ENCAMINHADA A SSCLC.

10/11/1998 CN-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação: 2015 LEITURA MSG 00742 1998.
DCN 11 11 PAG 12662. (VOLUME II).

05/11/1998 SF-SSCOM - SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

Ação: ENCAMINHADO AO SACM.

05/11/1998 SF-SSCOM - SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

Ação: RECEBIDO NESTE ORGÃO, EM 05 DE NOVEMBRO DE 1998.

TRAMITAÇÃO

04/11/1998 SF-SSATA - SUBSECRETARIA DE ATA

Ação: ENCAMINHADO COPIAS DAS EMENDAS 001 E 002 A SEEP, PARA A CONFECÇÃO DE AVULSOS.

04/11/1998 CN-SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS-CN

Ação: ENCERRAMENTO PRAZO, TENDO SIDO APRESENTADAS 02 (DUAS) EMENDAS DE AUTORIA DO DEP EDUARDO JORGE; COM COPIAS A SSATA, PARA REMESSA A CONFECÇÃO DE AVULSOS E PUBLICAÇÃO NO DCN. (FLS. 127 A 131).
DSF 05 11 PAG 15133. (PUBLICADAS EM SUPLEMENTO A PRESENTE EDIÇÃO).

04/11/1998 CN-SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS-CN

Ação: DECORRIDO O PRAZO REGIMENTAL, 03 11 98, SEM APRESENTAÇÃO DO PARECER SOBRE A ADMISSIBILIDADE DA MEDIDA.

04/11/1998 CN-SSCOM - SUBSECRETARIA DE COMISSÕES-CN

Ação: ENCAMINHADO AO SACM.

04/11/1998 CN-SSCOM - SUBSECRETARIA DE COMISSÕES-CN

Ação: RECEBIDO NESTE ORGÃO, EM 04 DE NOVEMBRO DE 1998.

03/11/1998 SF-MESA - MESA DIRETORA

Ação: DESPACHO A SUBSECRETARIA DE COMISSÕES.
DSF 04 11 PAG 15003.

03/11/1998 SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação: ESTABELECIMENTO DE CALENDARIO PARA TRAMITAÇÃO DA MATERIA: 03 11, DESIGNAÇÃO COMISSÃO MISTA; 04 11, INSTALAÇÃO DA COMISSÃO MISTA; 03 11, PRAZO PARA RECEBIMENTO DE EMENDAS E EMISSÃO DO PARECER SOBRE A ADMISSIBILIDADE DA MEDIDA; 12 11, PRAZO FINAL NA COMISSÃO MISTA; 27 11, PRAZO FINAL NO CONGRESSO NACIONAL.

03/11/1998 SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação: DESIGNAÇÃO COMISSÃO MISTA TITULARES: SEN PFL - HUGO NAPOLEÃO E EDISON LOBÃO, PMDB - JADER BARBALHO E NABOR JUNIOR, PSDB - ARTUR DA TAVOLA, BLOCO OPOSIÇÃO (PT PDT PSB PPS) - EDUARDO SUPLICY, PPB - EPITACIO CAFETEIRA, DEP PFL - OSORIO ADRIANO E ELTON ROHNELT, PSDB - SALOMÃO CRUZ E CANDINHO MATTOS, BLOCO (PMDB PRONA) - SANDRO MABEL, BLOCO (PT PDT PC DO B) - MARCELO DEDA, PPB - GERSO PPB - GERSON PERES; SUPLENTES: SEN PFL - FRANCELINO PEREIRA E GILBERTO MIRANDA, PSDB - OSMAR DIAS, BLOCO OPOSIÇÃO (PT PDT PSB PPS) - SEBASTIÃO ROCHA, PPB - LEOMAR QUINTANILHA, DEP PFL - ANTONIO JORGE E VILMAR ROCHA, PSDB - ROBERTO ROCHA E RONALDO CEZAR COELHO, BLOCO (PMDB

TRAMITAÇÃO

PRONA) - CONFUCIO MOURA, BLOCO (PT PDT PC DO B) - FERNANDO FERRO, PPB - JAIR BOLSONARO.

03/11/1998 SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação: COMUNICAÇÃO PRESIDENCIA QUE FOI REEDITADA PELO PRESIDENTE DA REPUBLICA A MEDIDA PROVISORIA 1704-4 1998. (PUBLICADA NO DOFC 29 10 PAG 00015).

DOCUMENTOS

Texto inicial - MPV 1704-

Data: 27/10/1998

Autor: Presidência da República

Local: null

Descrição/Ementa: SUBMETE A APRECIAÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL, O TEXTO DA MEDIDA PROVISORIA 1704-4 1998, ESTENDE AOS SERVIDORES PUBLICOS CIVIS DO PODER EXECUTIVO FEDERAL A VANTAGEM DXE 28,86% (VINTE E OITO VIRGULA OITENTA E SEIS POR CENTO), OBJETO DA DECISÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.